

Currículo: um percurso

Prof.^a M.^a Adriene Costa de Oliveira Coimbra

Resumo: Os estudos sobre currículo têm instigado diversos pesquisadores a levantar questionamentos os quais, via de regra, têm servido à busca incansável por respostas; estas, por vezes, retornam a outras perguntas, originando outras mais. Este trabalho tem como objeto propor uma reflexão sobre a temática, currículo dentro dos parâmetros da Educação Brasileira, no sentido de tentar compreender o processo educativo como instrumento ideológico de poder, considerando os atores do processo educacional.

Palavras-chave: Educação, currículo, ideologia, poder.

Durante os últimos quarenta anos, essencialmente, temos presenciado e vivenciado um contexto de mudanças múltiplas em nossas sociedades. Uma das mais acentuadas situa-se no campo da Educação. O que se tem percebido é que, nesta área, o discurso recorrente é a urgência e a inevitável necessidade de reformas educacionais, orientadas para a melhoria da qualidade, principalmente, no que se refere ao ensino da educação básica.

Outrora, a Educação era considerada uma responsabilidade das famílias ou do grupo social ao qual ela pertencia. Como não havia instituições para dividir essa tarefa, as famílias eram responsáveis em ensinar às crianças os conhecimentos que seriam necessários às exigências de sua vida adulta futura. Além disso, A Educação era vista como um empreendimento neutro, sem vínculos manifestos de poder ou sequer alguma relação a valores ideológicos.

Posteriormente, graças às diversas mudanças políticas, econômicas que ocorreram a partir do século XVII, a escola passou a desempenhar o papel de produtora de conhecimento e de marcadora de registros culturais. Nesse momento, o espaço escolar era visto como um lugar de aquisição de conhecimentos e de disseminação de saberes. O educador exercia suas atividades educativas e não se sentia absorvido pelos mecanismos da estrutura cultural de poder a que os estabelecimentos educacionais eram submetidos.

Com a introdução do neoliberalismo no campo da Educação, o que se percebe é que houve uma desfocalização do propósito da escola, que, ao invés de desempenhar o seu papel primordial o de oferecer um ensino e uma aprendizagem eficazes aos seus alunos, passa a experimentar um reducionismo das habilidades voltadas para o mercado de trabalho, e, seguramente, apresenta como meta a ascensão vertical ao sucesso de seus discentes. Desde então, mais do que socializar e compartilhar saberes curriculares, os estudantes passaram a vivenciar a corporificação das relações sociais e de poder, aprendendo valores, práticas, crenças e hábitos de nossa cultura que constituem, por sua vez, em eficientes mecanismos de controle ideológico.

Dessa forma, entende-se que o conceito de Educação se vincula organicamente ao de hegemonia e é fator por demais importante para a compreensão dessa mudança de foco. Isso significa dizer que, estando a Educação vinculada ao modelo capitalista, a tendência é que as escolas criem sistemas semelhantes para se confirme e reforcem o exercício das ideologias dominantes.

Michael Apple (2006), em *Ideologia e Poder*, comenta sobre esse propósito.

A área do currículo e a educação como um todo têm buscado orientar-se pela ideia do aperfeiçoamento, da melhoria. Isso é compreensível, dada a ideologia liberal que orienta a maior parte da atividade educacional e dadas as metas. A marcada absorção imposta pelas reformas que visam ao aperfeiçoamento tem, contudo, causado alguns efeitos bastante deletérios. (p.177)

Isso demonstra que, como as escolas estão interligadas com as instituições políticas e econômicas que circulam e dominam as sociedades, a estrutura curricular é uma forma de distribuir conhecimento e valores que contribuem para sustentar a ideologia das classes dominantes.

Ademais, as políticas que governam as sociedades contemporâneas alteraram notadamente o sistema produtivo e as atividades de trabalho, bem como as culturas locais, as relações sociais e a valoração do conhecimento. Os princípios tayloristas entraram em cena, inaugurando um cenário cuja ênfase visava à qualificação profissional, tendo em vista

o aprimoramento e o ajustamento entre o trabalhador e o processo de produção. Data dessa época a ramificação da educação brasileira em dois segmentos distintos: a educação formal e a educação para o trabalho. A primeira se relacionava à questão de educar o aluno e a aluna para a vida, o que abrangia conhecimentos gerais e básicos; a segunda, por sua vez, era direcionada exclusivamente ao universo trabalhista, oferecendo informações relevantes para o domínio de determinado ofício.

Nesse sentido, a educação profissional se configurou no Brasil como uma saída estratégica a fim de oferecer qualificação de mão de obra rápida às empresas. À escola, então, coube desempenhar o papel central na formação desses profissionais e no preenchimento de tais exigências de mercado. A qualificação, assim compreendida, expressa relações de poder no interior dos processos produtivos e na sociedade. Dessa forma, as instituições educacionais passaram a se pautar na cultura do poder e nas relações dialéticas entre cultura, economia e meios de produção.

Apesar dessas crescentes exigências por mão de obra qualificada, percebe-se, nesse momento, um certo isolamento das instituições brasileiras de formação profissional de um projeto nacional de desenvolvimento educacional que realmente conduza a uma educação de qualidade.

Assim sendo, historicamente, o que se assistiu foi uma mudança de perspectiva em relação ao espaço escolar, principalmente, no se refere à estrutura educacional e à verdadeira interpretação do conceito curricular; já que, modernamente, nas instituições educativas, o currículo já se apresenta sob as vestes da linguagem, indicando uma prática discursiva que direciona e ordena próprio o sistema educacional.

Segundo Sacristán (2000),

A escola em geral, ou um determinado nível educativo ou tipo de instituição, sob qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente à cultura, que se concretiza, precisamente, no currículo que transmite. O sistema educativo serve a certos interesses concretos e eles se refletem no currículo. (...) Todas as finalidades que se atribuem e são destinadas implícita ou explicitamente à instituição escolar, de socialização, de formação, de segregação ou de integração social, etc., acabam necessariamente tendo um reflexo nos objetivos que orientam todo o currículo, na seleção de componentes do mesmo, desembocam numa divisão especialmente ponderada entre diferentes parcelas curriculares e nas próprias atividades metodológicas às quais dá lugar. (p.17)

O autor confirma, no excerto acima, os propósitos curriculares adotados pelas instituições de forma a realizar as funções a elas determinadas, a fim de que essas mesmas

instituições possam corroborar, na mesma medida, com o que as sociedades delas exigem: o desempenho eficaz como sistema disseminador da ideologia, da cultura, do conhecimento dominantes bem como o de seu papel social integrador.

Vale ressaltar o que J.A. Guilhon Albuquerque (2010) na Introdução da obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*, de Louis Althusser, também aponta para essa temática.

As instituições e, com elas, a cultura, as ciências, deixam de ser instrumentos neutros do progresso da humanidade, para tornarem-se lugar de luta de classes pela *direção* da sociedade. A Universidade e a escola, particularmente, deixam de ser uma conquista da humanidade a ser preservada das querelas pequeno-burguesas, para se tornarem não mais instrumentos de saber, mas máquinas de sujeição ideológica. (p.17)

Guilhon reforça, em seu texto, que o espaço escolar passa a representar mecanismos ideológicos (*internos*) de controle, dominação, detenção e preservação do poder do Estado.

Para citar outro teórico que trata do mesmo tema, Apple (2006), em sua obra *Ideologia e Poder*, confirma o que é destaque para Guilhon. Ele ressalta que

as escolas, embora de fato sirvam aos interesses de muitos indivíduos – o que não pode ser negado – também parecem empiricamente atuar como poderosos agentes na reprodução cultural e econômica das relações de classe de uma sociedade estratificada como a nossa. (...) Valores sociais e econômicos, portanto, já estão engastados no projeto das instituições em que trabalhamos, no “*corpus* formal do conhecimento escolar” que preservamos em nossos currículos, em nossos modos de ensinar e em nossos princípios, padrões e formas de avaliação. (p.42)

O que o autor nos aponta é que, nas sociedades atuais, *os valores sociais e econômicos* já estão enraizados nos mecanismos educacionais, os quais são determinantes na condução do cotidiano do trabalho escolar nos estabelecimentos de ensino, especialmente no que tange às propostas curriculares elaboradas pelo Poder Público.

Atualmente, é possível identificar mais contundentemente, dentro do espaço escolar, palavras de ordem, tais como: homogeneidade, equidade, descentralização, novas tecnologias, competitividade, currículo, entre outras, as quais apontam para uma discussão mais séria sobre o que elas de fato representam no contexto do ensino e da aprendizagem dos alunos e alunas.

Entre essas palavras de ordem que recentemente passaram a circular no contexto

escolar, optou-se, para esse trabalho, por uma reflexão sobre os estudos e debates realizados por pesquisadores da área de currículo, dentro de uma perspectiva analítica, no sentido de ampliar, pelas leituras realizadas, um pouco mais a visão que o conceito currículo se apresenta.

Muito se tem discutido sobre o tema, principalmente no que tange a encontrar o melhor conceito, a função e a finalidade mais apropriadas para a sua aplicação. Vários estudiosos têm se dedicado a pesquisar e a produzir trabalhos que possam dar respostas a tão intrigantes discussões; no entanto, o que se tem encontrado são mais perguntas do que propriamente respostas, já que, muitas vezes, nem a prática pedagógica consegue promover satisfatoriamente o que se poderia dizer da aplicação de um real e verdadeiro currículo.

No ensaio *A ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado*, Louis Althusser nos aponta que a relação entre ideologia e currículo está em completa conexão e, mais ainda, essa relação atinge uma parte considerável da população, já que alunos e alunas passam grande parte de seu tempo no espaço escolar. E acrescenta que “a escola contribui para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através das matérias escolares, as crenças que nos fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis.”(2010)

Essa temática é complexa e implica vários fatores que envolvem não somente os educadores, pais, responsáveis como também alunos e alunas, pois estes são, na prática, os principais destinatários da temática currículo, visto que, “o currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação”(1999).

Pensando assim, vários questionamentos surgem a partir dessa reflexão. O que vem a ser currículo, afinal? Quais elementos estão envolvidos nesse processo? Que relações o currículo interessa estabelecer? Qual é o papel do currículo na dinâmica escolar? Que efeitos ele deseja produzir? Qual é o papel do docente nesse intrincado processo? Qual é o significado real do currículo na formação dos aprendizes? Estas e outras perguntas estão dialeticamente relacionadas ao se pensar nessa temática que instiga estudiosos e pesquisadores, que, na tentativa da busca por respostas, têm se debruçado em análises das mais diversificadas.

Pode-se afirmar que o currículo envolve identidades individuais e sociais que se apresentam como instrumentos de construção do saber. Além disso, longe de se imaginar que currículo seja uma forma neutra, desinteressada e inocente de transmissão de conhecimentos, ele está inexoravelmente imbrincado nas relações de poder, estabelecendo uma conexão entre teoria e prática. Sendo assim, conforme Thomas Tadeu da Silva (2003) nos diz em *Currículo como fetiche*, que “pensar o currículo como ato político consiste precisamente em destacar seu envolvimento em relações de poder”(p.24)

Percebe-se, então, que é nítida a reversibilidade da relação escola-sociedade, pois as escolas reproduzem o capital cultural e social dominante e, por conseguinte, as sociedades exigem que os estabelecimentos educacionais atuem como mecanismos dessa mesma reprodução. Isso significa dizer que longe de se imaginar que a prática escolar é um ato ingênuo, imparcial, tal prática expressa os valores, a linguagem, o código cultural das classes dominantes por meio da sistemática curricular imposta aos estabelecimentos educativos. Ademais, é nessa perspectiva que o currículo está centralmente envolvido, pois, além dos interesses e das relações sociais de poder que representa, constitui que grupos subjugados se mantenham subjugados, preservando, assim, a hegemonia de poder.

Em *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*, Thomas Tadeu da Silva enfatiza que

na perspectiva fenomenológica, o currículo não é, pois, constituído de fatos, nem mesmo de conceitos teóricos e abstratos: o currículo é um local no qual docentes e aprendizes têm a oportunidade de examinar, de forma renovada, aqueles significados da vida cotidiana que se acostumaram a ver como dados e naturais. O currículo é visto como experiência e como local de interrogação e questionamento da experiência. (p.40-41)

O autor quer destacar que o real objetivo do currículo, suas funções e a sua aplicabilidade no cotidiano escolar não se concentra apenas nos conteúdos a serem ministrados pelos docentes, mas na rede de significados que esses conteúdos irão expressar e representar na vida dos aprendizes, e, mais ainda, que direcionamentos concretos que a Educação, no seu sentido amplo, irá tomar.

Como já dito anteriormente, a temática curricular é demasiado intrincada, pois há muitas peças envolvidas nessa “engrenagem” educacional, principalmente no que se refere à formação de sujeitos sociais.

Vale lembrar que a História da Educação nos tem apontado que as decisões sobre currículo têm sido patrimônio institucional e da competência exclusivamente administrativa, sem que se ousasse colocá-lo na pauta de discussões. O que se tem visto é um monopólio educacional, gerido por administradores que, muitas vezes, passam ao largo do verdadeiro e real objeto da educação.

Portanto, torna-se necessária fazer uma diferenciação entre as formas de currículo que hoje se encontram “adotadas” pelos estabelecimentos escolares. Poder-se-ia destacar, aqui, duas formas de currículo que atuam nas instituições de ensino atualmente: o currículo oficial e o currículo oculto.

O currículo tido como “oficial” representa o conteúdo cultural e os conhecimentos que o discente necessita para a sua formação profissional e a ampliação de saberes, os quais serão primordiais no desempenho de suas futuras funções no mercado de trabalho. Além disso, percebe-se na elaboração do currículo “oficial” uma preocupação exagerada com os objetivos curriculares, como se verifica na definição de Johnson (1980).

Currículo é uma série estruturada de resultados pretendidos de aprendizagem. O currículo prescreve (ou pelo menos antecipa) os resultados do ensino. Não prescreve os meios, isto é, as atividades, os materiais ou o conteúdo do ensino que devem ser utilizados para a consecução dos resultados. (p.18)

Na perspectiva de Johnson, o currículo significa um conjunto de procedimentos e experiências vividas pelo discente que, durante a sua vida escolar, lhe será transmitido como reafirmação e valorização de conteúdos administrados pela escola, cujo objetivo é o seu desenvolvimento e o seu resultado escolar.

Em contrapartida, observa-se, no contexto institucional, regras do senso comum, estrutura normativa, valores sociais considerados relativamente neutros, naturais e imutáveis, assim nomeado de currículo “oculto”, que sustentam o funcionamento dos estabelecimentos escolares; o que, na verdade, servem, sobretudo, de forma sutil, para reafirmar a ideologia e a hegemonia da classe dominante.

Nesse sentido, é importante observar o que Apple (2006) comenta.

Isso exige que as instituições, as regras do senso comum e o conhecimento sejam considerados relativamente pré-dados, neutros e basicamente imutáveis, porque todos continuam a existir por “consenso”. Assim, o currículo deve enfatizar as afirmações hegemônicas, que ignoram o verdadeiro funcionamento do poder na vida cultural e social e que apontam para a naturalidade da aceitação, para os benefícios institucionais e para uma visão positivista, na qual o conhecimento está divorciado dos reais atores humanos que o criaram.(p.126)

O autor atesta que as políticas públicas, principalmente, aquelas concernentes à temática do currículo devem facilitar e confirmar a prática social e cultural dominante a fim de que, tanto docentes como discentes não sejam capazes de perceber o sutil funcionamento de poder exercido pelo Estado e aceitem-no com naturalidade.

Resta questionar como esse mecanismo funciona. Basta que se observe atentamente toda a estrutura montada pelas escolas e, a partir dessa observação, faça-se uma reflexão crítica sobre o que acontece no cotidiano das instituições educacionais para que se perceba

o quão enraizada está essa sistemática curricular, tida como “neutra” para a maioria das pessoas.

É interessante notar que essa reafirmação de poder, via currículo “oculto”, se dá pelo uso do discurso linguístico que transita no espaço educativo como capital cultural e atributo de saber. O discurso linguístico desempenha um papel fundamental para que concepções condicionadoras perpassem o conhecimento escolar e a experiência de aprendizagem dos discentes.

Faz-se necessário esclarecer o conceito de discurso que aqui se emprega. Optou-se pelo conceito baseado na teoria foucaultiana que discurso está relacionado à verdade e ao poder, “ligados numa relação circular”, ou seja, se a verdade existe numa relação de poder e o poder opera em conexão com a verdade, então todos os discursos expressam regimes de verdade.

Dessa forma, essa relação entre esses dois conceitos encontra-se marcadamente pautado nos discursos educacionais, que, por meio do processo de autoconscientização discursiva, as verdades e os poderes vão se tornando potenciais argumentos para a reafirmação da hegemonia do poder e do saber.

Foucault (1977), em *Vigiar e Punir*, argumenta sobre essa relação entre o poder e o saber.

O poder disciplinar, (...) se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Na disciplina, são os súditos que têm que ser vistos. Sua iluminação assegura a garra do poder que se exerce sobre eles. É fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeitado o indivíduo disciplinar. (p.167)

As relações pedagógicas reforçam o discurso do dominante e o do dominado, conforme Foucault aponta, pois é justamente o discurso que vem articular e regular essas relações, ressaltando-lhe a sua eficiência. Nesse sentido, pode-se inferir que o discurso de poder, a que se refere o pensador, vem encoberto por um véu invisível e silencioso, travestido de silêncio a fim de que não se perceba o jogo complexo que se instala nesse espaço educativo.

A título de exemplo dessa ação discursiva que ocorre nas instituições educacionais é quando o aluno e a aluna, ao adotarem e vivenciarem o conjunto de aprendizagens oferecidas a eles pela comunidade educativa, entendem, de forma subliminar, que o currículo proposto pela escola, apresenta-se como o mais necessário e o mais eficiente para o desenvolvimento intelectual dos aprendizes, principalmente, no que diz respeito à sua

preparação para a vida profissional. Mais uma vez ficam evidenciadas as ações articuladoras e reguladoras do discurso pedagógico dominante, em que os atores desse cenário “aceitam” as relações pedagógicas do poder e do saber.

Não se pode negar que, ao voltar o olhar para o campo do currículo na Educação Brasileira, as instituições escolares serviram e ainda servem para manter o *status quo* do que se denomina a elite social, originando-se desde o ensino ministrado pelos ainda jesuítas até datas recentes.

É urgente a democratização da Educação; todavia uma interrogação emerge no que tange à qualidade da formação educacional ministrada nos espaços escolares. Dito assim, deve-se questionar ainda quais instituições educacionais têm se esforçado para maximizar o ensino e a aprendizagem de seus discentes nesse cenário ideológico hegemônico. Resta questionar também qual é a função da escola dentro desse modelo escolar incorporado ao sistema capitalista que objetiva a fornecer mão de obra profissional aos mercados.

Enfim, a Educação, dentro dos âmbitos e dos espaços formais de ensino, interfere necessariamente na sociedade, sendo um instrumento de alienação e manutenção do *status quo*. Seria plausível pensar a Educação como uma ferramenta de formação reflexiva e crítica que possibilitasse a verdadeira transformação da sociedade ou seria apenas mais um sonho a ser sonhado?

Prefere-se permanecer com os dizeres de Tomaz Tadeu da Silva, em *Documentos de Identidade* (2007): “O currículo é trajetória, viagem, percurso. (...) O currículo é texto, discurso, documento. Currículo é documento de identidade”, pois, assim, poder-se-á pensar a Educação como uma configuração das ações de indivíduos sociais, que, por sua própria natureza, terão a possibilidade de produzir seus próprios discursos, distanciados do controle e do jugo do Estado e que possam modificar a sua prática, tendo em vista à realização pessoal e à universalidade do saber.

E para finalizar, vale lembrar as palavras de Larrosa (2010), uma Educação que seja “uma forma em que as respostas não sigam às perguntas, o saber não siga à dúvida, o repouso não siga à inquietude e as soluções não sigam aos problemas.” Enfim, uma Educação que, por meio de uma prática curricular inovadora, possa interpor aos desafios, buscar alternativas possíveis, desenvolver uma aprendizagem que oportunize aos discentes a vivência de uma formação humanizadora e identitária. Ademais, que os espaços escolares possam perfazer novos percursos, ressignificando os efeitos de sentido dos discursos dos atores envolvidos nos sistemas educacionais, tornando-os sujeitos educativos, críticos e verdadeiros cidadãos pensantes.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- CANEN, Ana & MOREIRA, Antônio Flávio. (Orgs.) **Ênfases e Omissões no Currículo**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2001.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. (Orgs.) **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2008.
- JOHNSON Jr., M. Definições e modelos na teoria do currículo. In: R.G. Messick; L. Paixão e L.R. Bastos (orgs.). **Currículo: Análise e debate**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. (Org.) **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1999.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. (Org.) **Currículo: Questões Atuais**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1997.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos e Programas no Brasil**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1990.
- MOREIRA, Antônio Flávio & SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, Thomas Tadeu da. **Currículo como fetiche: a política e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 115-126, 2011

SILVA, Thomas Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Thomas Tadeu da. (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Currículo: um percurso

Abstract: The curriculum studies have prompted several researchers to raise questions, which as a rule, have served the tireless search for answers, they sometimes return to the questions arising over the other. This work aims to propose a reflection on the thematic curriculum within the parameters of the Brazilian Education, to try to understand the educational process as an ideological instrument of power, considering the actors in the educational process.

Key-words: Education, curriculum, ideology, power.

* Prof.^a M.^a Adriene Costa de Oliveira Coimbra
Currículo - <http://lattes.cnpq.br/9285712362400986>
Endereço eletrônico: adriene@uniaraxa.edu.br

